

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Sr. Wilson Filho)

Requer Audiência Pública com representantes do Banco Mundial, da Casa Civil, do TCU, do IPEA, da UnB e da Conof/Câmara dos Deputados, para debater a avaliação de políticas públicas, o panorama brasileiro, metodologias, teorias e possibilidades de cooperação entre Executivo e Legislativo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam convidados para participar de Audiência Pública os senhores Antônio Nucifora, Economista-Chefe para o Brasil do Banco Mundial; Fabiana Rodoupoulos, Subchefe Adjunta de Finanças Públicas da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil; Marcelo Barros Gomes, Coordenador Geral de Controle Externo de Resultados de Políticas e Programas Públicos do Tribunal de Contas da União; Alexandre Iwata, Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do IPEA; Ricardo Correa Gomes, Professor da FACE/UnB; e Ricardo Volpe, Diretor da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente requerimento é trazer à comissão, e ao Poder Legislativo, a importância do debate sobre políticas públicas, tema que fica em grande parte adstrito ao Poder Executivo e seus agentes. Sendo a Câmara dos Deputados órgão formado por representantes da sociedade, cabe a esta Casa ouvir a população de forma a adequar estas políticas às reais necessidades do público alvo, aumentando, desta forma, a eficiência nos gastos em relação aos resultados efetivamente alcançados.

Sobre este prisma, é de extrema relevância trazer a contribuição de especialistas na gestão de políticas públicas para debater metodologias e ferramentas de apuração de resultados na implementação destas, visto que este debate, também

acadêmico, ainda não se situa no mesmo estágio de outras nações desenvolvidas, a exemplo dos Estados Unidos da América.

Além disso, o debate no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle pode contribuir ainda mais para engrandecer o papel fiscalizador do Poder Legislativo, trazendo formas de se monitorar se os objetivos formadores das políticas públicas nascidas no Poder Executivo estão sendo efetivamente atingidos junto à população.

Desta forma, submeto aos ilustres pares, para a aprovação, este requerimento, tendo em vista a relevância do tema no contexto desta comissão.

Sala da Comissão, de de 2017.

Deputado Wilson Filho

PTB-PB